

Perfil educacional e profissional de enfermeiros(as) de Saúde Integrativa e Práticas Tradicionais da Região Sudeste do Brasil

Palavras-Chave: Enfermagem, Terapias Complementares, Fatores Sociodemográficos

Autores(as):

JULIA DE SALLES BORGES, FEnf – UNICAMP

DIESSICA ROGGIA PIEXAK, Escola de Enfermagem da FURG

DAIANA CRISTINA WICKERT, Universidade Federal de Santa Maria

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA, Grupo Hospitalar Conceição

DANIELA DALLEGRAVE, UFRGS

SUZIMAR DE FÁTIMA BENATO FUSCO, FEnf - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são métodos terapêuticos que complementam os tratamentos convencionais, podendo ser utilizados de forma isolada ou integrados a sistemas médicos complexos ou racionalidades médicas. Essas práticas, que possuem um caráter interdisciplinar, visam promover a saúde e prevenir doenças crônicas por meio de mudanças no estilo de vida e do autocuidado⁽¹⁾.

Essas práticas no Brasil ganharam força no final de década de 70, após a declaração de Alma Ata, e foram validadas principalmente em meados dos anos 80, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Em 2006 foi publicada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que reconheceu institucionalmente no âmbito do SUS as práticas integrativas por meio da Portaria nº 971/2006⁽²⁾. Essa iniciativa incorporou diversas práticas, como a Medicina Tradicional Chinesa-Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais, Fitoterapia e Termalismo Social/Crenoterapia. Em 2018, houve a adição de mais práticas à lista, totalizando 29 opções dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)⁽³⁾.

A Enfermagem foi pioneira no reconhecimento das PICS. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) reconheceu oficialmente essa especialidade pela Resolução Cofen nº 581/2018, posteriormente alterada pela Resolução Cofen nº 625/2020⁽⁴⁾. Em 2020, foi criada a Comissão de PICS do Cofen, destacando o papel central da instituição na regulamentação da atuação profissional dos enfermeiros nas PICS e na promoção de práticas mais autônomas e alinhadas com a missão da enfermagem. Além disso, o Cofen aprovou a Resolução Cofen nº 739 de 5 de fevereiro de 2024, que normatiza a atuação da Enfermagem com as PICS no Brasil⁽⁵⁾.

Ressalta-se que, para a enfermagem, enquanto a formação de profissionais generalistas capacita para o reconhecimento das principais situações na profissão, é possível incorporar conhecimentos especializados para atuação em diversos âmbitos. Esse é o caso das PICS, que promovem uma abordagem integral para a resolução de problemas na saúde e oferecem aos enfermeiros maior autonomia profissional, expandem o escopo de atuação em problemas comuns e complementam o processo de cuidado com novas formas de se relacionar com os pacientes.

Diante disso, objetiva-se conhecer o perfil sociodemográfico e profissional dos enfermeiros que possuem formação em PICS na região Sudeste do Brasil.

METODOLOGIA:

Estudo descritivo e transversal, de base populacional, realizado com enfermeiros de ambos os sexos que atuam na região Sudeste do Brasil. O tamanho amostral mínimo foi calculado, com universo e prevalência desconhecidos (50%) e erros padronizados (5% alfa e 20% beta), sem pressupor falhas e erros, resultando em 384 participantes. A coleta de dados e recrutamento dos participantes foram realizados de forma virtual, entre outubro de 2021 e junho de 2022, por meio de questionário eletrônico composto por perguntas sobre o perfil sociodemográfico, como idade, sexo, raça, estado civil, religião, região de residência, tipo de emprego, carga horária de trabalho e renda, bem como sobre o perfil profissional, com questões sobre o tempo, área e grau de formação, além de contato, conhecimento e mais detalhes sobre a formação em PICS e sua inserção no ambiente de trabalho.

Os dados foram submetidos a uma análise exploratória para a caracterização da amostra utilizando-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0.

Foram seguidas todas as normas éticas para pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Este estudo faz parte de uma pesquisa nacional intitulada “Estudo brasileiro: inquérito nacional sobre o perfil educacional e profissional de enfermeiros(as) de saúde integrativa e práticas tradicionais- ENFPICS”, que foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob nº CAAE: 43306921.6.0000.5347 e aprovada sob nº 6.009.346. Todos os participantes concordaram em participar da pesquisa por meio do TCLE virtual.

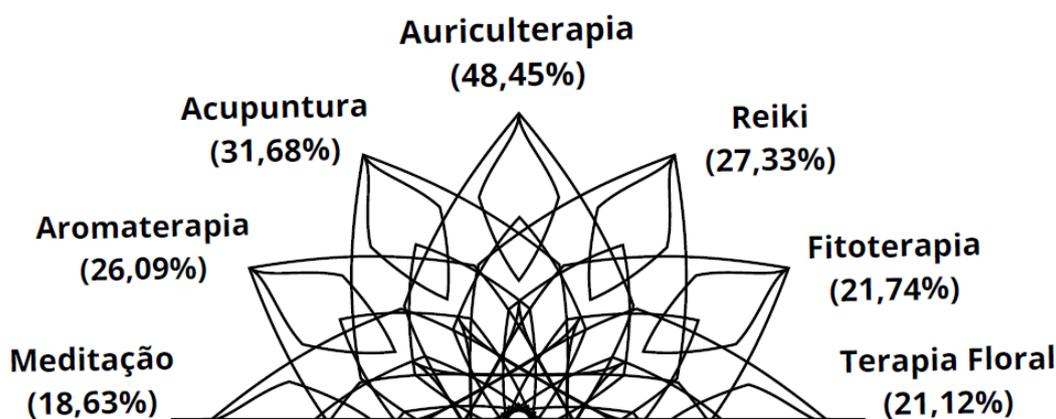
RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Participaram da pesquisa 430 enfermeiros, com a média de idade de 45,28 anos, sendo 87,65% do sexo feminino. Quanto ao perfil sociodemográfico, a maior parte residia no estado de São Paulo (78,4%), seguido pelo Rio de Janeiro, com 14,2%, por Minas Gerais (4,31%) e por fim 3,09% no Espírito Santo; racialmente 64,81% se identificavam como branco e 33,95% como pretos ou pardos. Além disso, 59,88% coabitavam com seus parceiros(as) e 86,42% possuíam alguma religião. No aspecto ocupacional, 39,50% eram funcionários com carteira assinada ou servidores públicos, enquanto 17,28%

atuavam como autônomos. A carga horária de trabalho predominante era de até 40 horas semanais para 65,43% dos participantes, e 49,38% recebiam remuneração superior a 5 salários-mínimos.

No que tange ao perfil profissional, a maioria (73,45%) dos enfermeiros tinha mais de 10 anos de formação e possuía pós-graduação. Entre esses profissionais, 37,7% tinham formação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). As modalidades mais prevalentes estão apresentadas na Figura 1:

Figura 1: Porcentagem de Enfermeiros com Formação em Cada Modalidade de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Região Sudeste do Brasil



Em relação à integração das PICS em suas práticas, 71,60% dos participantes consideraram essa formação como fundamental para suas carreiras e 84,57% iniciaram sua formação em PICS após a publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em 2006.

Ademais, 97% dos enfermeiros relataram impactos positivos em sua própria saúde após a formação em PICS; 83,4% afirmaram ter maior autonomia profissional, sobretudo em suas práticas após a formação e 93,20% acreditam que as PICS colaboram para uma maior autonomia aos pacientes. Por fim, a maioria percebeu o mercado de trabalho relacionado às PICS como estando em constante crescimento (69,1%).

CONCLUSÕES:

O estudo demonstrou que a formação em Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) é cada vez mais relevante na prática dos enfermeiros da região Sudeste do Brasil, com 37,7% dos participantes possuindo formação em diversas modalidades. A maioria iniciou sua formação após a publicação da Política Nacional de PICS em 2006, destacando o impacto desta política. O perfil dos enfermeiros formados em PICS revela uma predominância de profissionais do sexo feminino, com idade média de 45,28 anos e formação acadêmica robusta, com uma predominância de pós-graduação e mais de 10 anos de experiência. A integração das PICS foi considerada fundamental por muitos participantes, que relataram benefícios para sua saúde e maior autonomia profissional. Além disso, a maioria percebe

um mercado de trabalho em crescimento para as PICS, sublinhando a importância e o impacto crescente dessas práticas na área da saúde.

BIBLIOGRAFIA

1. Nunes G, Schweitzer M, Portella C, Ghelman R, Abdala CVM, Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). CABSIN. 2021. Parecer Técnico-Científico do uso de Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19. Disponível em: https://conteudo.cabsin.org.br/material-digital-ptc-mtci-pics-covid-19/?_ga=2.146723892.1814325911.1635626759-165889080.1633435501&_gac=1.116081012.1633435501.CjwKCAjw7--KBhAMEiwAxfkWJJP1GnREOBK6dJeq3EDSfVjSoP-1IgiCh09oiGCCxvPdk1C7cRhoCg7gQAvD_BwE
2. Departamento De Atenção Básica. Política Nacional De Práticas Integrativas E Complementares No Sus: Pnpic. Ms; 2006. (Série B - Textos Básicos De Saúde).
3. Brasil. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/ MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC [Internet]. 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html
4. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN Nº 625/2020. Altera a Resolução Cofen nº 581, de 11 de julho de 2018, que atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós - Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades. [Internet]. 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-625-2020/>
5. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). RESOLUÇÃO COFEN Nº 739 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024. Normatiza a atuação da enfermagem nas práticas integrativas e complementares em saúde. [Internet]. fev, 2024. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-739-de-05-de-fevereiro-de-2024/>